



ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e dezenove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Eduardo Rocha e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária semipresencial.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Bom dia, Senhores Deputados! Havendo número legal, em nome de Deus, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Solicito ao Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente. Eu gosto daquela abertura das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores que diz: "Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, declaro aberta a presente Sessão Ordinária". Nós agradecemos a oportunidade de estar aqui hoje trabalhando no Legislativo Estadual. Quero saudar o Primeiro-Vice-Presidente, Deputado Eduardo Rocha, que preside a Sessão. Quero saudar os Deputados Gerson Claro, Coronel David, Antonio Vaz, Evander Vendramini, Barbosinha, Mara Caseiro, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Professor Rinaldo, Renato Câmara, Jamilson Name e Marçal Filho, que são os que eu visualizo no início dos trabalhos. Quero saudar, também, todos os presentes aqui na Assembleia, servidores, quem nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia e pela internet. Leitura da ata. *"Ata da Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e vinte e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária semipresencial.*

PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Dez da Oitava Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 22/2021, do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Dourados; Ofício nº 60/2021, da Prefeitura Municipal de Laguna Carapã; Ofício nº 1.606/2021, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Renato Câmara, João Henrique, Barbosinha, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Neno Razuk e Lucas de Lima. **GRANDE EXPEDIENTE** - Suprimido o Grande Expediente. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: Projetos de Decreto Legislativo nºs 7 a 9/2021, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Maria Salete de Paula; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Antonio Vaz, endereçada aos familiares de Delmiro Antonio Ribeiro; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Barbosinha, endereçada aos familiares de Roberto Lameiro Ferreira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Herculano Borges, endereçada ao Treinador Lucas Chioro e a todos os atletas do Juventude A.G de Dourados pela conquista do



4º Lugar na Taça Brasil 2020, realizado na Cidade de Tubarão (SC); requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado João Henrique, endereçada ao Delegado Adriano Garcia Geraldo pela nomeação para desempenhar a função de Delegado-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, no lugar do Delegado Marcelo Vargas Lopes; requerimento de moção de apoio, de autoria do Deputado Barbosinha, endereçada ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Mato Grosso do Sul, Doutor Mansour Elias Karmouche, por ter se levantado contra o alinhamento político da OAB nacional, bem como pela defesa da proposta de eleições diretas na instituição, o que o alçou ao posto de candidato natural ao cargo de presidente do Conselho Federal da OAB, de todos aqueles que postulam uma entidade apartidária e que tenham como prioridade a defesa das prerrogativas dos advogados e do Estado Democrático de Direito; indicações, de autoria dos Deputados Renato Câmara, Lucas de Lima, Pedro Kemp, Neno Razuk, Herculano Borges, Professor Rinaldo e Evander Vendramini. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usaram da palavra os Deputados Eduardo Rocha, Barbosinha, Pedro Kemp e Professor Rinaldo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um". Senhor Presidente, foi lida a ata.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Convido o Primeiro-Secretário, Deputado Zé Teixeira, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, nobres pares! Expediente da Sessão Ordinária do dia 2 de março do ano de 2021: Ofício nº 12.0.075.003/2021, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando a composição da administração do Tribunal de Justiça, biênio 2021-2022 (Prot. nº 18884/2021); Ofício nº 186/2021, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando Inquérito Civil instaurado para apurar a deficiência de recursos humanos no Imasul, apontada pela Controladoria-Geral do Estado (Prot. nº 18889/2021); Ofício nº 823/2021, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, encaminhando o relatório detalhado do Terceiro Quadrimestre de 2020 (Prot. nº 18908/2021); Ofício nº 235/2021, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo à indicação do Deputado Jamilson Name (S/Prot.); Mensagem nº 6/2021, do Poder Executivo, que ratifica os Convênios ICMS, Protocolos ICMS e Ajustes Sinief celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) (Prot. nº 476/2021). Foi lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado, Zé Teixeira. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Duas indicações e duas moções de congratulação, de autoria do Deputado Capitão Contar. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja Silva, com cópia ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antonio Carlos Videira, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Marcos Paulo Gimenez, solicitando a realização de rondas ostensivas na Cidade de Bela Vista (Prot. nº 557/2021). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder



ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Riedel, e ao Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, solicitando a realização do serviço de pavimentação asfáltica na Rodovia MS-295, no trecho entre o Município de Eldorado e o Distrito de Porto Morumbi (Prot. nº 531/2021). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Vigésimo Regimento de Cavalaria Blindada da Cidade de Campo Grande, na pessoa do Comandante, Tenente-Coronel Manuel Luis Badaraco Fagundes, por disponibilizar dezenas de militares voluntários para atuarem em um grande ato de doação de sangue ao Hemosul desta Capital, que se encontra com o Banco de Sangue quase zerado nesta quarta-feira (24) (Prot. nº 538/2021). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Comando Militar do Oeste (CMO), na pessoa do General de Exército Fernando José Sant'ana Soares e Silva, por disponibilizar dezenas de militares voluntários para doar sangue ao Hemosul desta Capital, em um grande ato realizado nesta quarta-feira (24) (Prot. nº 558/2021). Quatro indicações, de autoria do Deputado Barbosinha. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para atender a Polícia Civil do Município de Anaurilândia (Prot. nº 532/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para atender as Polícias Civil e Militar do Município de Corumbá (Prot. nº 555/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para atender as Polícias Civil e Militar do Município de Três Lagoas (Prot. nº 553/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para atender a Polícia Civil do Município de Ponta Porã (Prot. nº 550/2021). Oito indicações, duas moções de apoio e um projeto de lei, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja executada a Operação Tapa-Buraco na Rua Filomena Segundo Nascimento, próximo ao número 1.275, no Jardim Monumento (Prot. nº 548/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja executada a Operação Tapa-Buraco na Rua Pontalina, próximo ao número 759, na Vila Santo Eugênio (Prot. nº



552/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja providenciada pintura da Rua Benito Melchíades de Oliveira, próximo ao número 166, na Vila Nasser (Prot. nº 537/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto no artigo 176 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Josmail Rodrigues, Prefeito Municipal de Bonito, com cópia ao Senhor Secretário Municipal de Obras, Paulo Gottardi, solicitando que providenciem — com urgência — a realização do serviço de encascalhamento e patrolamento na Rua Luiz Flavio Pinheiro Xavier, no Bairro Portal do Rio Formoso, em Bonito (Prot. nº 544/2021). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia à Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, solicitando que o auditório da Escola Estadual José Alves Quito, na Cidade de Corguinho, receba o nome de "Professor Benedito Borges Fernandes" (Prot. nº 547/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Riedel, solicitando serviços de manutenção na estrada MS-340, do perímetro urbano de Ribas do Rio Pardo até a Usina do Mimoso, se possível até o gasoduto. O trecho se encontra em estado crítico, dificultando o tráfego de veículos e gerando transtornos para os cidadãos (Prot. nº 565/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de aplauso ao Senhor Adilson Paiva Valente, Tenente-Coronel e Comandante da insigne 6º CIPM; e aos Soldados Elton Gil de Toledo Brito e Marcelo Goes pelos relevantes serviços prestados, há muitos anos, à comunidade dos Bairros Moreninhas, Itamaracá, Cidade Morena, Paraíso do Lajeado e adjacências, e atuação também no Município de Ribas do Rio Pardo (Prot. nº 562/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176, do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja executada a Operação Tapa-Buraco na Rua Pontalina, próximo ao número 759, na Vila Santo Eugênio (Prot. nº 552/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de aplauso ao Senhor Adilson Paiva Valente, Tenente-Coronel e Comandante da insigne 6º CIPM, e aos Soldados Elton Gil de Toledo Brito e Marcelo Goes pelos relevantes serviços prestados, há muitos anos, à comunidade dos Bairros Moreninhas, Itamaracá, Cidade Morena, Paraíso do Lajeado e adjacências; atuando também no Município de Ribas do Rio Pardo (Prot. nº 561/2021). Projeto de lei. Dispõe sobre a obrigatoriedade de as unidades escolares dos ensinos público e privado, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibilizarem, no ato da matrícula escolar, material informativo sobre o combate à violência doméstica (Prot. nº 615/2021). Seis indicações, uma denúncia e dois requerimentos, de autoria do Deputado Cabo Almi. Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja



encaminhado ofício deste Poder ao Senhor Prefeito Marcos Marcello Trad, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, Luis Eduardo da Costa, solicitando a realização de limpeza (remoção de mato, lixo e entulhos) nos Cemitérios Santo Amaro e Cruzeiro (Prot. nº 554/2021). Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado ofício deste Poder ao Prefeito Marcos Marcello Trad, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, Senhor Luis Eduardo Costa, conforme abaixo: “Considerando o noticiado pela imprensa a respeito do Projeto Reviva Campo Grande, dando conta de que no mês de março será escolhida a incorporadora que vai construir pelo menos oitocentas unidades habitacionais em área localizada ao lado do Centro de Belas Artes do Bairro Cabreúva e entorno; e considerando a proposta do Executivo para "adensamento" populacional no centro e no entorno do centro de Campo Grande, requeiro informações a respeito de projeto para correção e/ou prevenção de alagamentos do Córrego Segredo, que transborda e alaga a rotatória das Avenidas Ernesto Geisel e Euler de Azevedo, área de interesse para construção de oitocentas unidades habitacionais; requer saber ainda do cronograma de execução das obras para conclusão do Centro de Belas Artes, uma construção atualmente abandonada (Prot. nº 546/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja realizado o serviço de encascalhamento e patrolamento na Rua Vaupes, Jardim Columbia (Prot. nº 542/2021). Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado ofício deste Poder ao Superintendente Estadual do Banco do Brasil, solicitando estudos para manutenção da Agência do Banco do Brasil em Bodoquena. Lembrando que o possível fechamento da referida agência na região causará impacto negativo na atividade turística que utiliza dos serviços bancários prestados pelo Banco do Brasil, na região (Prot. nº 568/2021). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia autônoma ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando fiscalização e providências com relação ao terreno baldio localizado na Rua Udinese, número 335, na Vila Planalto. O local necessita de limpeza, pois se tornou um criadouro de ratos e insetos. Saliendo que esse terreno fica ao lado do Residencial Villas de Astúrias I, condomínio com mais de quarenta famílias (Prot. nº 593/2021). Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, que seja enviado expediente ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia autônoma ao Presidente da Câmara dos Vereadores de Campo Grande, Vereador Carlão, e ao demais vereadores, solicitando acompanhamento e providências que julgarem necessárias quanto ao que abaixo se apresenta. Considerando o veiculado pelo Deputado Federal Doutor Luiz Ovando, assegurando que quarenta e cinco milhões e seiscentos mil reais foram disponibilizados pelo Ministério da Saúde para a Santa Casa de Mato Grosso do Sul; considerando a importância da Santa Casa de Mato Grosso do Sul para o Estado e Capital; considerando que atrasos no repasse dos recursos causam prejuízos aos serviços de atendimento médico e trazem reflexos para todo o Estado, vez que a



Santa Casa atende toda a população do Estado; considerando que o atraso coloca em risco vidas; considerando que o não repasse de recursos atenta, também, contra a dignidade dos colaboradores daquela Santa Casa, fazendo com que recebam com atraso o pagamento, é o presente para requerer informações a respeito da primeira parcela dos quarenta e cinco milhões e seiscentos mil reais, equivalentes a vinte e dois milhões e oitocentos mil reais, que já foi repassada à prefeitura há dois meses e, até o momento, está retida nos cofres da prefeitura, conforme declarações do parlamentar acima mencionado (Prot. nº 596/2021). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Procon-MS, solicitando apuração de possível prática lesiva aos consumidores do Estado de Mato Grosso do Sul, perpetrada pela Energisa, conforme abaixo. Chegou ao conhecimento deste Parlamentar que a referida concessionária de distribuição de energia elétrica, em quase todo o nosso Estado, está realizando práticas lesivas aos consumidores (residenciais e comerciais), realizando corte de energia sem observar o prazo disposto em lei que garante o corte após quinze dias da notificação. Portanto, a referida empresa está realizando corte de energia de maneira irregular, causando prejuízo aos consumidores e aos comerciantes. É o presente para requerer ao Procon-MS a apuração de possível prática lesiva ao consumidor sul-mato-grossense (Prot. nº 567/2021). Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, que seja enviado expediente ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul, Doutor Mansour Elias Karmouche, conforme o que se segue. Considerando a análise sobre a constitucionalidade do aumento do ICMS incidente no combustível em Mato Grosso do Sul, que é realizada por essa Ordem dos Advogados; considerando que a Comissão de Assunto Tributários (Catri) da OAB/MS elaborou parecer pela propositura de Adin contra a Lei nº 5.434/2019, que majorou o ICMS do combustível em Mato Grosso do Sul, é o presente para requerer envio de cópia integral do procedimento realizado (Prot. nº 585/2021). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, André Borges Barros de Araújo, solicitando o envio de informações, conforme abaixo. Considerando a mortandade de peixes ocorrida no encontro do Rio Brilhante com o Rio Dourado, formação do Rio Ivinhema, no início do mês de fevereiro; considerando que o fato foi objeto de manifestação desta Casa de Leis e investigado por esse Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, é o presente para requerer que seja apresentado laudo técnico indicando a causa da mortandade dos peixes (Prot. nº 540/2021). Três indicações e um requerimento, de autoria do Deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Geraldo Resende, Secretário de Estado de Saúde, solicitando a articulação com os secretários municipais no sentido de instituir norma conjunta estabelecendo um protocolo para o procedimento de vacinação contra o novo coronavírus (Covid-19) destinado aos profissionais de Saúde que atuam na administração das doses na população nos locais de vacinação (Prot. nº 539/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder às Coordenações Regionais da Fundação Nacional do Índio de Dourados, Ponta Porã e Campo Grande, com cópias à Coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI/MS), solicitando adoção de medidas urgentes para implantar uma estratégia nas comunidades das aldeias indígenas de nosso Estado,



com o objetivo de agir no combate às desinformações causadas pelas notícias falsas relativas aos efeitos da vacina contra a Covid-19, o que está levando muitos indígenas a recusarem a vacinação (Prot. nº 551/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a recuperação do asfalto da Avenida Presidente Vargas, que está com buracos, em decorrência das chuvas intensas ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro (Prot. nº 556/2021). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado requerimento de informações à Senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, referente ao que se segue. Considerando que, em 2019, a Secretaria de Estado de Educação aderiu ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), implantado pelo Decreto Federal nº 10.004, de 5 de setembro de 2019; considerando que, entre outras medidas, o Programa estabeleceu a destinação de recursos federais financeiros, na quantia aproximada de um milhão de reais por escola; considerando que duas escolas da Rede Estadual de Ensino do Município de Campo Grande — a Escola Estadual Alberto Elpídio Ferreira Dias e a Escola Estadual Marçal de Souza — aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), pergunta-se: 1 - o recurso previsto no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) já foi repassado à Secretaria de Estado de Educação ou às Escolas E.E Alberto Elpídio Ferreira Dias e E.E Marçal de Souza? No caso de sim, encaminhar documentação que comprove a transferência. 2 - caso os recursos do Pecim tenham sido repassados à Secretaria de Estado de Educação ou às instituições de ensino credenciadas, em quais ações foram empregados? (Prot. nº 613/2021). Uma moção de pesar, uma moção de congratulação e um requerimento, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Requeiro à Mesa, depois das formalidades regimentais, que se encaminhe, em nome desta Assembleia Legislativa Estadual, moção de pesar pelo falecimento do inesquecível Senhor Claudio Reis Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Taxistas, na data do dia 25 de fevereiro de 2021, em Campo Grande. Requeiro, igualmente, que, desta manifestação, seja dada ciência aos amigos do Senhor Amaral, como era chamado e conhecido por todos (Prot. nº 534/2021). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Homero Lupo Medeiros, Defensor Público do Estado de Mato Grosso do Sul e Coordenador do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa do Consumidor e demais Matérias Cíveis Residuais (Nuccon) pelo belíssimo trabalho que realiza em prol da sociedade sul-mato-grossense e, em especial, na defesa do Direito Consumerista e, ainda, por abrilhantar a terceira edição da Expojud, ganhando o prêmio destaque pela exposição do trabalho "O Papel da Tecnologia na Transformação da Defensoria Pública" (Prot. nº 564/2021). Requeiro à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia à Senhora Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre, Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, e à Senhora Ana Carolina Araújo Nardes, Secretária de Estado de Administração e Desburocratização, solicitando informação se há estudos técnico-econômicos por parte do Poder Executivo, com a finalidade de realizar concurso público para os quadros de servidores do Procon-MS, em razão do baixo efetivo de servidores estaduais nesse órgão, principalmente no cargo de fiscal de relação de consumo, que, hoje, possui apenas quatro servidores efetivos para atender à demanda fiscal consumerista do Estado de Mato Grosso do Sul. A proibição



de realizar concurso público para o corrente à luz da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, não impede o Governo Estadual de realizar estudos técnico-econômicos para viabilizar este concurso público no ano de 2022 (Prot. nº 559/2021). Um projeto de lei e três indicações, de autoria do Deputado Marcio Fernandes. Projeto de lei. Institui, no Estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual do Protetor dos Animais, e dá outras providências (Prot. nº 559/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito do Município de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja efetuada — em caráter de urgência — a limpeza do canteiro central da Avenida Euler de Azevedo e a rotatória localizada no cruzamento da mesma via com a Avenida Almirante Tamandaré (Prot. nº 589/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Daniel Paulo Nunes Escobar, Prefeito do Parque dos Poderes, solicitando que seja autorizada a entrada de animais de estimação, acompanhados de seus tutores, nas dependências do Parque das Nações Indígenas (Prot. nº 579/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito do Município de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja autorizada a entrada de animais de estimação, acompanhados de seus tutores, nas dependências dos diversos parques municipais localizados na Cidade de Campo Grande (Prot. nº 597/2021). Onze indicações e oito moções de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Geraldo Resende, solicitando a viabilização de um aparelho Cardiotocógrafo Diamond para o Hospital Municipal de Laguna Carapã (Prot. nº 545/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Geraldo Resende, solicitando a viabilização de uma brinquedoteca e de uma sala de realização de parto humanizado para o Hospital Municipal de Laguna Carapã (Prot. nº 536/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Fazenda, Senhor Felipe Mattos de Lima Ribeiro, solicitando a transferência do atendimento da população do Município de Laguna Carapã para a Agência Fazendária de Dourados (Prot. nº 541/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a disponibilização de dois ônibus escolares para transporte dos alunos do Assentamento São Sebastião e dos Bairros Triguena e Vitória, Município de Ivinhema (Prot. nº 570/2021). Indico à



Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a disponibilização de dois ônibus escolares para transporte dos alunos da zona rural do Município de Novo Horizonte do Sul (Prot. nº 571/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a disponibilização de dois ônibus escolares para transporte dos alunos da zona rural do Município de Nova Andradina (Prot. nº 591/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a disponibilização de dois ônibus escolares para transporte dos alunos da zona rural do Município de Paranhos (Prot. nº 594/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a disponibilização de dois ônibus escolares para transporte dos alunos da zona rural do Município de Naviraí (Prot. nº 575/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a disponibilização de dois ônibus escolares para transporte dos alunos da zona rural do Município de Anaurilândia (Prot. nº 572/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a disponibilização de dois ônibus escolares para transporte dos alunos da zona rural do Município de Glória de Dourados (Prot. nº 576/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a disponibilização de dois ônibus escolares para transporte dos alunos da zona rural do Município de Caarapó (Prot. nº 588/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Senhor Luiz Roberto de Holanda Mendonça Braz pelo recebimento do Prêmio Premier Qualidade Total-Melhores do Ano, categoria Diretor de Jornal e o melhor jornal do ano (Prot. nº 549/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Senhora Gislaíne de Souza Fonseca Schveiger pelos relevantes serviços prestados há treze anos como assistente social junto à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do MS. Formada em Serviço Social, especialista em Gestão Prisional, pós-graduada em Elaboração e Gestão de Projetos Sociais, Gislaíne de Souza atua desde 2008 no sistema penitenciário como técnica de assistência e perícia na função de assistente social, atualmente está lotada na Penitenciária de Dourados



(Prot. nº 535/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Adelia Maria Rocha Rubini pela comemoração do Dia Internacional da Mulher (Prot. nº 599/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Alicemar Lima da Rocha pela comemoração do Dia Internacional da Mulher (Prot. nº 602/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Adriana Carla da Silva Passara pela comemoração do Dia Internacional da Mulher (Prot. nº 607/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Alessandra Escobar Maciel Fragoso pela comemoração do Dia Internacional da Mulher (Prot. nº 604/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Amelia Jarson pela comemoração do Dia Internacional da Mulher (Prot. nº 605/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Adriana Zarati Franco Brandão pela comemoração do Dia Internacional da Mulher (Prot. nº 606/2021). Uma moção de congratulação, de autoria do Deputado João Henrique. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, que seja enviada moção de congratulação ao motoentregador Alexon dos Santos Dantas, que, no último dia 11 de fevereiro de 2021, num ato de solidariedade, ousamos dizer de bravura mesmo, interrompeu seu trabalho para salvar uma moradora de Campo Grande que se encontrava dentro de uma residência em chamas (Prot. nº 563/2021). Um requerimento e duas indicações, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a data de 9 de dezembro de 2021, no período das dezenove às vinte e duas horas, com a disponibilização dos serviços de Cerimonial, copa, Segurança, sonoplastia, Taquigrafia e confecção de convites, banner/painel, cobertura jornalística do evento pela TV e Rádio Assembleia, bem como quaisquer outros apoios administrativos necessários para a realização da Sessão Solene para entrega da Medalha Jovem Cristão Atuante, edição do ano de 2021 (Prot. nº 578/2021). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Diretor-Presidente Regional da Energisa-MS, Senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando que seja realizado um estudo de viabilidade no sentido de averiguar e resolver a questão das constantes faltas de energia, oscilações e picos que têm causado inúmeros prejuízos aos moradores do Bairro Chácara das Mansões (Prot. nº 581/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, ao Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura de Mato Grosso do Sul, Eduardo Correa Riedel, e ao Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS), solicitando que seja viabilizada a reforma do Detran Regional de Glória de Dourados, em virtude dos problemas estruturais que apresenta (Prot. nº 584/2021). Uma moção de congratulação e duas indicações, de autoria do Deputado Zé Teixeira. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, nos termos do inciso XVI do artigo 173 do Regimento Interno, que seja enviada moção de



congratulação à Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), que completa, neste mês de março, vinte anos de atividade, com muito trabalho prestado e com uma gestão equilibrada, compartilhando com seus beneficiários suas conquistas e evolução, que, coletivamente, contribuem para o bem de toda a população sul-mato-grossense (Prot. nº 573/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Gerente da Filial MS da Empresa de Telecomunicação Oi, Senhor Márcio Leandro Hermes, com cópia ao Executivo de Relações Institucionais dessa Empresa, Senhor João Henrique de Abreu, solicitando — em caráter reiterativo — a melhoria na qualidade de cobertura da telefonia móvel e da transmissão de dados no Município de Alcinoópolis (Prot. nº 586/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor Sérgio Murilo Nascimento Mota, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando — em caráter de urgência — a realização de obras de aterro na cabeceira da ponte de concreto sobre o Rio Aquidabã, localizada na MS-382, no Município de Porto Murtinho (Prot. nº 582/2021). Três projetos de resolução, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Professor Doutor Frei Moacyr Malaquias Júnior (Prot. nº 199/2021). Concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Senhor Sandro Jacobsen Grando (Prot. nº 200/2021). Concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Contra-Almirante Sérgio Gago Guida (Prot. nº 201/2021). Uma moção de pesar e três indicações, de autoria do Deputado Felipe Orro. Moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Severino Valério Cardoso, conhecido como Bill, falecido no último dia 17 de fevereiro, no Município de Campo Grande (Prot. nº 574/2021). Indicações. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando que seja realizada a reforma da ponte sobre o Córrego Santo Onofre, localizada na Rodovia MS-352, Município de Corguinho. A presente indicação tem base em pedidos de autoridades e de produtores rurais da região (Prot. nº 590/2021). Indico à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senador Federal Nelson Trad Filho e ao Senhor Deputado Federal Fábio Trad, solicitando a viabilização de recursos para realização de recapeamento da BR-267, no trecho que liga os Municípios de Jardim, Bela Vista, Caracol e Porto Murtinho (Prot. nº 587/2021). Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Superintendente do Departamento Nacional de Trânsito em Mato Grosso do Sul, Senhor Euro Nunes Varanis Junior, ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando o recapeamento da BR-267, no trecho que liga os Municípios de Jardim, Bela Vista, Caracol e Porto Murtinho. A presente proposição reflete o pleito da população que transita entre os municípios supracitados, que está preocupada com o estado precário da via (Prot. nº 580/2021). Uma moção de congratulação e três moções de pesar, de autoria do Deputado Herculano Borges. Requeiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 173 da Consolidação do Regimento Interno, que seja consignada moção de congratulação ao



Senhor Marcos Araújo, Presidente do Dourados Atlético Clube (DAC), estendida a todos os atletas, pela conquista da Série B do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol 2020 (Prot. nº 611/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa de Leis, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Esperidião da Silva pelo seu falecimento, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2021, nesta Capital (Prot. nº 609/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa de Leis, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Lenir de Albuquerque pelo seu falecimento, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 2021, nesta Capital (Prot. nº 603/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa de Leis, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Nelson Dax da Silva, mais conhecido como Doutor Nelson, médico muito conhecido na Cidade de Miranda, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 1 de março de 2021, nesta Capital, em decorrência de complicações da Covid-19 (Prot. nº 601/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Gerson Claro. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao Diretor-Presidente do Detran, Senhor Rudel Espíndola Trindade Junior, solicitando a implantação de sinalização horizontal e vertical no perímetro urbano do Município de Maracaju (Prot. nº 595/2021). Uma indicação e um projeto de lei, de autoria do Deputado Jamilson Name. Indicação. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, solicitando viabilizar — em caráter prioritário — a reforma completa do minianel viário de Fátima do Sul (Prot. nº 592/2021). Projeto de lei. Altera a redação do artigo 2º, da Lei nº 5.633, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a divulgação da proibição de exploração de trabalho infantil, mediante a afixação de cartazes, nos locais que menciona (Prot. nº 612/2021). Uma moção de pesar, de autoria do Deputado Coronel David. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares do Fotorjornalista Valdenir Rezende, do Município de Campo Grande (Prot. nº 00616/2021). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Suprimido o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o Primeiro-Secretário, Deputado Zé Teixeira, sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, eu não tenho acesso ao painel, porque estou em Dourados. Vossa Excelência tem que dar uma olhada no painel aí no Plenário para ver se há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - O Deputado Herculano Borges conferiu. Nós estamos em quatorze Senhores Deputados. Portanto, há quórum para deliberação. Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 02/2021. Autor: Deputado Paulo Corrêa. "Concede Título de Cidadão". Neste caso, convido o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para finalizar seu parecer em Plenário. Com a palavra, o Deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Bom dia, Senhor Presidente e nobres colegas! É



uma satisfação estar aqui no Plenário e participar desta Sessão. O relator foi o Deputado Eduardo Rocha, a quem convido para apresentar o relatório e coletar os votos dos Deputados Evander Vendramini, Gerson Claro, Barbosinha e Professor Rinaldo. Com a palavra, o Deputado Eduardo Rocha.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Obrigado, Presidente. O projeto em análise, de autoria do Deputado Paulo Corrêa, concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense. Na justificativa, foi anexado o invejável currículo do homenageado, que demonstra sua extensa lista de serviços prestados à sociedade. Após regular tramitação sigilosa, cópias do projeto foram distribuídas entre os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e o relatório necessário foi emitido. Passamos, agora, à efetiva análise da matéria, conforme determinam as disposições regimentais internas desta Casa de Leis. Compete a este relator exarar um parecer sobre os aspectos constitucionais, legais, jurídicos e redacionais da propositura em análise. A iniciativa para propositura da matéria em discussão possui amparo legal no artigo 166, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Consta no projeto em análise declaração em que as lideranças partidárias da Casa manifestaram expressa e unânime aquiescência à concessão do Título Honorífico de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao homenageado. Portanto, a iniciativa do Parlamentar autor é legítima. Quanto aos aspectos constitucionais e legais, a presente propositura não encontra qualquer óbice, seja de natureza legal, seja de natureza meritória. Portanto, essas são as considerações acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa expressas no parecer. Diante da não existência de vício de ilegalidade ou de inconstitucionalidade, com base nos fundamentos apresentados, exaro parecer favorável à normal tramitação do projeto. Senhor Presidente, foi lido o parecer. Agora, Vossa Excelência pode colocar em votação e coletar os votos dos membros da CCJR.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Projeto de Resolução 002/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Tendo parecer favorável, passo a coletar os votos. Como vota o Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Senhor Presidente, aprovado por unanimidade. Passo a palavra ao Presidente, Deputado Eduardo Rocha.



PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Resolução nº 002/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa.

Presidente - Deputado Eduardo Rocha.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Cabo Almi?
Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim. Mas, para votação, não seria necessária a presença do autor do projeto?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Quando se trata de projeto, sim. Mas, no caso, estamos votando essa concessão de título, aí a Casa costuma votar mesmo se o autor não estiver presente. O voto do senhor é sim?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Exatamente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro?



DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

Borges?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Herculano

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

Name?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Jamilson

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado João Henrique?
Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, nobre pares! Eu não estava presente no início desta votação. O senhor poderia me dizer quem é o agraciado?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Por enquanto, nós temos de manter em sigilo o nome do agraciado. Mas o Doutor Volpe está lhe encaminhando por e-mail o nome da pessoa.

DEPUTADO LIDIO LOPES - No meu sistema não aparece.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - O Doutor Volpe está lhe enviando. Solicito que o senhor confira. Logo em seguida, eu já coleteo seu voto.

DEPUTADO LIDIO LOPES - O e-mail já chegou, Senhor Presidente. Muito obrigado. Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Marçal Filho?
Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?
Como vota o Deputado Pedro Kemp?



DEPUTADO PEDRO KEMP - Bom dia, Senhor Presidente! Desculpe-me, porque eu só consegui entrar agora na Sessão. Eu gostaria de saber qual projeto está em votação?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - É referente à concessão de Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a um professor.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Obrigado. Tomei conhecimento. Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Renato Câmara? Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, eu gostaria de alertá-lo quanto ao fato de que, para votarmos a concessão de Título de Cidadão, tem de haver quórum especial, e, no mínimo, dezesseis votos favoráveis, conforme o artigo 218 do Regimento Interno. Então, se não houver quórum para cumprir o que estabelece o Regimento, a votação não terá validade. Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado. Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Solicito que o Segundo-Secretário proclame o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Resolução nº 03/2021. Autor: Deputado Paulo Corrêa. "Concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Contra-Almirante Sergio Dago Mida". Eu gostaria, Deputado Gerson Claro, de que o senhor seguisse o mesmo procedimento. Solicito que Vossa Excelência convoque os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e defina o relator.

DEPUTADO GERSON CLARO (Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Projeto de Resolução nº 03/2021. Convoco os membros da CCJR. O Deputado Evander Vendramini fará a leitura do relatório.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, meu colega de partido Deputado Gerson Claro! Eu vou relatar o Projeto de Resolução nº 03/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa, que concede Título de



Cidadão Sul-Mato-Grossense. O Regimento Interno desta Casa prevê, no artigo 166, parágrafos 4º e 5º, que cada Deputado pode apresentar dois projetos de resolução, destinados à concessão de Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, e dois projetos de concessão de Comenda do Mérito Legislativo. Esses serão entregues em Sessão Solene, pessoalmente, ao homenageado, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 112 do Regimento Interno. É competência das comissões permanentes analisar as matérias que lhes forem submetidas e sobre elas emitir parecer. Isto posto, em atenção ao artigo 46, inciso I, alínea 'a', do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, passo a proferir o parecer. Logo, compulsando toda a documentação, verificamos que o projeto em análise está amparado pelas normas regimentais e atende aos requisitos legais, estando, portanto, apto a ser submetido à votação em Plenário. Concluindo, Senhor Presidente, considerando que encontram-se presentes na matéria pautada os requisitos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade, e considerando também o grande trabalho prestado pelo agraciado, especialmente à nossa querida Ladário, o parecer deste relator é favorável à tramitação do projeto de resolução. Muito obrigado, Senhor Presidente.

DEPUTADO GERSON CLARO - (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Obrigado. Como vota o nosso Vice-Presidente, Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Acompanho o voto do relator, Senhor Presidente.

DEPUTADO GERSON CLARO - (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Acompanho o voto do relator, Senhor Presidente.

DEPUTADO GERSON CLARO - (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Senhor Presidente, eu também voto com o relator.

DEPUTADO GERSON CLARO - (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Eu também acompanho o voto do relator. Portanto, aprovado por unanimidade. Obrigado.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Agradeço. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 03/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE - Deputado Eduardo Rocha.



PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Deputado Zé Teixeira.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Cabo Almi?

DEPUTADO CABO ALMI - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Sim, Deputado.

DEPUTADO CABO ALMI - Senhor Presidente, eu entrei na sala agora, mas gostaria de votar. Preciso de detalhes referentes ao projeto de resolução em pauta.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - É uma concessão de Título de Cidadão que foi apresentada pelo Deputado Paulo Corrêa. Item 2 da pauta.

DEPUTADO CABO ALMI - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.



Borges? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Herculano

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

Name? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Jamilson

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

Como vota o Deputado Lidio Lopes? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

Machado? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Londres

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

Filho? Como vota o Deputado Marçal **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Marçal
Filho? Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

Razuk? Como vota o Deputado Neno **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Neno
Razuk? Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

Rinaldo? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Professor

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

Câmara? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Renato

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.



PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Solicito ao Segundo-Secretário que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Convoco, mais uma vez, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Solicito que Vossa Excelência designe o relator e proceda à votação em Plenário.

DEPUTADO BARBOSINHA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Quero apenas chamar atenção para um fato. Se não me engano, esse parecer já foi emitido.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Foi no Item 2, Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - O Item 2?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Isso.

DEPUTADO BARBOSINHA - Obrigado, Presidente. Mas, no Item 2, o relator mencionou "contra-almirante?"

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Isso.

DEPUTADO BARBOSINHA - O meu Item 2 está invertido. Consta o nome de outra pessoa.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Aqui está certo. o Item 2 é o contra-almirante relatado pelo Deputado Evander Vendramini. Senhores Deputados, têm o relatório? Só se no seu, Deputado Barbosinha, foi invertido.

DEPUTADO BARBOSINHA - Ok. O Item 1 é o projeto de resolução que nós votamos, e foi emitido o parecer de Vossa Excelência; depois votamos o Item 2, e foi dado o parecer relacionado ao contra-almirante.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Isso. Está certo.

DEPUTADO BARBOSINHA - Ok. É que houve uma inversão na ordem.



PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Perfeito. Obrigado pela observação de Vossa Excelência. Deputado Gerson Claro, Vossa Excelência tem a palavra.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Item 3. Projeto de Resolução nº 04/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa, que concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense. Para relatar, o Deputado Eduardo Rocha.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Obrigado, Senhor Presidente. Projeto de Resolução nº 04/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa, que concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense. Na justificativa, pode-se observar o extenso currículo do homenageado bem como seus inúmeros serviços prestados à sociedade. Atualmente, atua como Superintendente Estadual do Banco do Brasil. Compete a este relator exarar parecer sobre os aspectos constitucionais, legais, jurídicos e redacionais da propositura em análise. A iniciativa para a propositura em matéria de discussão possui amparo legal no artigo 166, inciso IX, parágrafo 1º e 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis. Consta no projeto a data da declaração em que as lideranças partidárias desta Casa manifestaram expressa e unânime aquiescência à concessão do Título Honorífico de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao homenageado. A iniciativa do Parlamentar autor, portanto, é legítima. Diante da não existência de vício de legalidade ou de inconstitucionalidade, com base nos fundamentos apresentados, exaro parecer favorável à normal tramitação do projeto. Senhor Presidente, foi lido o parecer. Agora, Vossa Excelência pode colocar em votação e coletar os votos dos membros da CCJR. Devolvo a palavra ao Presidente, Deputado Gerson Claro, para que faça a coleta dos votos.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Projeto de Resolução nº 04/2021, com parecer favorável do Deputado Eduardo Rocha. Como vota o Vice-Presidente, Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, eu vou votar favoravelmente, mas chamando atenção para o Regimento Interno, que estabelece um número determinado de pessoas a serem homenageadas. Voto sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Senhor Presidente, eu acompanho o voto do relator.

DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Eu voto sim, Senhor Presidente.



DEPUTADO GERSON CLARO (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) - Eu também acompanho o voto do relator. Aprovado. Devolvo a palavra ao Presidente, Deputado Eduardo Rocha.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 04/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa.

Presidente - Deputado Eduardo Rocha.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Cabo Almi?

DEPUTADO CABO ALMI - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Eu concordo com o Deputado Barbosinha sobre o número máximo de títulos que, segundo o Regimento, podem ser concedidos por deputado. Vou consultar novamente o Regimento, mas voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?



DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Felipe Orro?
Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Herculano
Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Jamilson
Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Em tempo. Como vota o Deputado
Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim. Porém, chamo atenção: Vossa
Excelência está no Item 4 da pauta, na minha pauta é o Item 3. Nós já votamos três
títulos?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Este é o terceiro.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Terceiro título?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Votamos dois.

DEPUTADO LIDIO LOPES - São dois títulos e duas medalhas de mérito.
Estamos no Item 3 da pauta?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Isso. Três.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Londres
Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.



PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

Fernandes? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Marcio Como vota o Deputado Neno Razuk? Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

Rinaldo? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Professor

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

Câmara? **PRESIDENTE** (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Renato

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Solicito ao Segundo-Secretário que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 014/2021. Autor: Deputado Barbosinha. "Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas pelo não cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no Plano Nacional e/ou Estadual de Imunização contra a Covid-19". Devido à urgência desta propositura e ao acordo de lideranças, eu gostaria de submeter este projeto às comissões e depois colocá-lo em votação em Plenário. Neste caso, as comissões terão de finalizar seus pareceres de mérito em Plenário. Por isso, convido o Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração, Deputado Marçal Filho, para finalizar o trabalho da



Comissão e coletar o voto do Deputado Lucas de Lima, que tem como suplente o Deputado Capitão Contar; do Deputado João Henrique, que tem como suplente o Deputado Jamilson Name; do Deputado Neno Razuk, que tem como suplente o Deputado Renato Câmara; e do Deputado Eduardo Rocha, que tem como suplente o Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Senhor Presidente, esta matéria é muito importante. Eu estou aqui em Dourados recebendo muitas reclamações de que esse crime chamado "fura-fila" está ocorrendo realmente. Dourados, infelizmente, está com o cronograma de vacinação atrasado. Enquanto Campo Grande está vacinando os idosos com idades entre setenta e oito e setenta e nove anos, Dourados começa a vacinação dos idosos de oitenta e nove anos. Eu não entendo o porquê deste atraso. Dourados é, inclusive, uma das cinco cidades que menos vacinou pessoas até agora. Mas, enfim, eu acho esta medida muito importante. Passo a coletar os votos dos colegas da Comissão. Como vota o Deputado Neno Razuk? O Deputado Neno Razuk não se encontra. Como vota o Deputado Capitão Contar, suplente?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - É o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Eu sou suplente do Deputado Lucas de Lima, salvo engano.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Aqui na minha relação o senhor consta como suplente do Deputado Neno Razuk. Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Pela ordem. Acho que faltou meu voto, nobre Deputado.



DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Conforme a minha relação, há cinco Deputados: Deputado Neno Razuk, Deputado Evander Vendramini, Deputado Jamilson Name, Deputado Eduardo Rocha e Deputado Marçal Filho. Mas, aqui na relação da Assembleia está constando o Deputado Lucas de Lima. Pode ser que a minha esteja desatualizada. Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Acompanho o relator.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Acompanho o voto do relator.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Concluída a votação. Aprovado por unanimidade. Devolvo a palavra a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado Marçal Filho. Agora, vamos à segunda comissão. Convido o Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Antonio Vaz, que tem como suplente o Deputado Evander Vendramini, para finalizar o trabalho da Comissão e coletar o voto do Deputado Lucas de Lima, que tem como suplente o Deputado Jamilson Name; do Deputado Renato Câmara, que tem como suplente o Deputado Marcio Fernandes; do Deputado Pedro Kemp, que tem como suplente o Deputado Barbosinha; e do Deputado Felipe Orro, que tem como suplente o Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Presidente da Comissão de Saúde) - Senhor Presidente, trata-se de um projeto muito importante, que dispõe sobre penalidades a serem aplicadas pelo não cumprimento da ordem de vacinação. Parabéns ao autor, Deputado Barbosinha. Passo a coletar os votos dos Parlamentares. Como vota o Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Acompanho o voto do relator.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Presidente da Comissão de Saúde) - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Presidente da Comissão de Saúde) - Como vota o Deputado Renata Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Acompanho o voto do relator.



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Presidente da Comissão de Saúde) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Presidente da Comissão de Saúde) - Encerrada votação. Passo a palavra ao Presidente, Deputado Eduardo Rocha.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado Antonio Vaz. Aprovado o projeto, por unanimidade, na Comissão da Saúde. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 014/2021, de autoria do Deputado Barbosinha.

Presidente - Deputado Eduardo Rocha.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, primeiramente quero agradecer à Mesa Diretora pela celeridade e à Comissão de Constituição, Justiça e Redação pela rápida emissão do relatório e pela célere coleta dos votos. Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração, Deputado Marçal Filho, e a todos os membros desta Comissão. Da mesma forma, quero agradecer ao Deputado Antonio Vaz, Presidente da Comissão de Saúde, e a todos que compõem a Comissão. Quero agradecer aos Senhores Parlamentares pelo voto favorável. Este é um projeto importante, que constitui uma diretriz importante para o Estado, mas que o Governo não havia sancionado ainda. Agora, ele passa a ser a matriz norteadora das medidas a serem adotadas contra aqueles que burlarem o processo de imunização, não seguindo as diretrizes preconizadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Saúde. Com a aprovação desta lei, serão punidos tanto o beneficiário quanto o servidor responsável pela vacinação indevida. Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Cabo Almi?

DEPUTADO CABO ALMI - Voto sim.



Contar?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Capitão

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

Vendramini?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Evander

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Quero aproveitar para parabenizar o Deputado Barbosinha pela sensibilidade demonstrada e pela grande capacidade que tem como legislador. A criação de leis como esta é necessária. Na realidade, ninguém precisaria furar a fila, mas, infelizmente, algumas pessoas não respeitam as orientações das autoridades competentes, e para que essa minoria se sinta na obrigação de respeitar a fila, é necessário que se crie uma legislação específica. Pode-se notar que é uma minoria que não está respeitando os critérios de prioridade, mas esta legislação foi muito bem elaborada pelo autor e contempla, de modo justo, todas as pessoas que se enquadram na ordem cronológica de prioridades instituída pelos Governos Federal e Estadual. Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

Borges?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota, Deputado Herculano

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Senhor Presidente, na primeira discussão, eu já havia parabenizado o Deputado Barbosinha pela iniciativa; agora, parabenizo-o novamente e voto favorável. Eu também concordo que não precisaríamos votar esse tipo de projeto de lei, se as pessoas fossem mais conscientes. Mas, infelizmente, por causa de uma minoria, muitos são atingidos. Na minha opinião, quem comete esse tipo de crime mencionado na propositura precisa ser punido no rigor da lei. Parabéns às comissões e à Mesa Diretora pela agilidade. Voto sim.

Name?

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Jamilson

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.



PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Quero cumprimentar o Deputado Barbosinha pelo brilhante projeto de lei que vem contribuir com o bem-estar da população. Nós propusemos um projeto que visa à transparência no processo de vacinação, a fim de que saibamos — preservando os dados pessoais — quais são as pessoas que estão vacinando ou tomando vacina de modo indevido. Na época do auxílio emergencial, quando ocorreram desvios, foi a população que enxergou isso, através de uma grande lista onde constava o nome de quem estava recebendo o auxílio indevidamente. Então, senhores, na mesma esteira do Deputado Barbosinha, nossa ideia é trazer transparência ao processo de vacinação. Aqueles Deputados que quiserem me ajudar assinando um requerimento de urgência, sintam-se à vontade para me procurar e assinar. Eu agradeço, antecipadamente, a todos os colegas Parlamentares pelo apoio. Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Senhor Presidente, parabênizo o Deputado Barbosinha pela autoria do projeto. A Unale montou uma comissão para verificar e acompanhar esse processo de vacinação em todos os Estados da Federação. Obviamente que em alguns Estados esse tipo de projeto foi apresentado, Deputado Barbosinha, via Unale também. O projeto do Deputado é de suma importância para que haja, por um lado, controle, e por outro lado, penalidade a quem fura a fila. Isso que está acontecendo é uma barbaridade. Algumas pessoas estão tomando a vacina desnecessariamente. Todos seremos vacinados? Sim. Então ninguém precisa passar à frente das pessoas que realmente precisam. Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente, quero parabenizar o Deputado Barbosinha pela iniciativa. Infelizmente, temos de criar uma lei como esta. É um absurdo furar fila em um momento tão delicado. Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Eu fui relator deste projeto, com satisfação, na Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração. Cumprimento o Deputado Barbosinha pela iniciativa. Voto sim.



PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Pela ordem, o Deputado Marcio Fernandes. Como vota Vossa Excelência?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo? Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Solicito ao Segundo Secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, nobres colegas, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Aprovado. Vai à publicação. Item 5. Trinta e nove indicações, uma moção de apoio e duas moções de congratulação. Em discussão...

DEPUTADO LIDIO LOPES - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - O senhor gostaria de discutir?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Senhor Presidente, eu quero apenas fazer uma indicação. Na verdade, é uma moção de congratulação oral aos duzentos e quinze mil servidores públicos estaduais usuários do plano de saúde Cassems. Ontem, a Cassems completou vinte anos de fundação e de excelentes serviços prestados. A Cassems é um plano de referência nacional. Esse plano, inclusive, é superavitário porque os valores são descontados do salário do servidor e transferidos direto para a instituição. Então, Senhor Presidente, eu gostaria de apresentar esta moção de congratulação e gostaria de que ela fosse aprovada nesta Sessão.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao



Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento do Senhor Antônio Nicolau Filho. Em discussão. Encerrada a discussão...

DEPUTADO CORONEL DAVID - Pela ordem, Senhor Presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Para discutir, o Deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO - Não.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Deixa-me terminar a votação que já passo a palavra a Vossa Excelência. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Senhor Presidente, pela ordem também.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herculano.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Não, Senhor Presidente. Eu devolvo a palavra a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Estão inscritos: o Deputado Barbosinha, o Deputado Herculano, o Deputado Gerson Claro...

DEPUTADO CABO ALMI - Fala primeiro quem é mais novo, Presidente? Se é por idade, deveria ser o mais velho.

DEPUTADO LIDIO LOPES - O Deputado Gerson Claro foi o primeiro a pedir pela ordem.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Deputado Cabo Almi, Deputado Barbosinha, Deputado Pedro Kemp, Deputada Mara Caseiro. Vamos ficar até as três horas da tarde hoje. Tranquilo. Temos bastante tempo. Quem mais gostaria de se inscrever? Com a palavra, o Deputado Herculano Borges.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Senhor Presidente, obrigado pela oportunidade de falar pela ordem. O que está acontecendo é que todo mundo quer falar, às vezes o Deputado se antecipa e fala no meio da votação, antes do tempo. Serei breve. Quero destacar três moções de pesar. Nunca se votou tanta moção de pesar, nesta Casa, como agora. Mas infelizmente temos de fazê-lo, por conta da pandemia, por conta da crise na saúde. Está chegando aqui o Presidente Paulo Corrêa, que estava fora representando a Casa em outro evento. A primeira moção é endereçada aos familiares do Senhor Esperidião da Silva pelo seu falecimento,



ocorrido no dia 20 de fevereiro, nesta Capital. A segunda moção de pesar é endereçada aos familiares da Senhora Lenir de Albuquerque pelo seu falecimento, ocorrido no dia 25 de fevereiro, nesta Capital. E a última endereçada aos familiares do Senhor Nelson Dax da Silva — o Doutor Nelson, médico muito conhecido na cidade de Miranda, pessoa muito querida — pelo seu falecimento, ocorrido no dia 1º de março de 2021, em decorrência da Covid-19. Infelizmente é mais um profissional da saúde que perde a vida. Por último, Senhor Presidente, apresento uma moção de congratulação dirigida ao Senhor Marco Antônio Araújo, Técnico do Dourados Atlético Clube (DAC), extensivo a todos os atletas e à diretoria pela conquista da Série B do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol do ano de 2020. É só, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Com a palavra, o Deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO - Senhor Presidente, gostaria de convocar os nobres colegas Deputados Evander Vendramini, Barbosinha, vice-presidente, Eduardo Rocha, Professor Rinaldo, para a nossa sessão da CCJR de amanhã, impreterivelmente, às oito horas. Só isso, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Com a palavra, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Senhor Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Cumprimento também o Presidente Paulo Corrêa. Infelizmente tenho aqui uma moção de pesar, endereçada aos familiares do grande Jornalista Valdenir Rezende, que trabalhou muito tempo no Jornal Correio do Estado, que infelizmente nos deixou no dia 28 de fevereiro. Valdenir tinha cinquenta e cinco anos, deixou esposa e dois filhos, que inclusive estão seguindo os mesmos passos do pai, um é fotojornalista. Infelizmente é mais uma vítima dessa doença, que não escolhe credo, que não escolhe cor, que não escolhe raça, que vem tirando muitas pessoas queridas do nosso convívio. Gostaria de ter a assinatura do Presidente Paulo Corrêa nesta moção de pesar. Peço-lhe inclusive que a moção saia em nome da Assembleia Legislativa, em reconhecimento do grande trabalho desempenhado pelo Valdenir Rezende nos últimos tempos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Pela ordem, Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Deputado, eu perdi o sinal, mas cheguei a ouvir as últimas palavras de Vossa Excelência. É uma moção de pesar pelo falecimento do nosso amigo Valdenir Rezende?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Exatamente, Deputado Rinaldo. Inclusive estou pedindo ao Presidente (o Deputado Paulo Corrêa também vai assinar a moção) que a moção saia em nome da Casa, para reforçar a homenagem a esse grande profissional da imprensa que perdemos.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Deputado Coronel David, veja bem, esse senhor era muito querido, meu vizinho ali no Parati durante praticamente trinta anos, morávamos inclusive na mesma rua; conheço seu cunhado, o Dalmo de Oliveira, filho do Ruri Oliveira, ex-secretário. Enfim, a população tem que se conscientizar, eu sei que é um desafio, mas temos que fazer um esforço. Não está havendo mais vagas em UTI, e não é só aqui no Estado, nem em hospital público, nem em particular. Um conhecido meu está internado na UPA lá em Porto Velho; só para Vossa Excelência ter uma ideia, Deputado Coronel David, Vossa Excelência que passou por isso, a Deputada Mariana Carvalho é médica, e ontem ela me disse que lá há oitenta e nove pessoas esperando uma vaga de UTI. Um cidadão, que nem sei quem é, me pediu um favor: nós tentamos trazer esse meu conhecido (um missionário de Goiânia) para cá, mas infelizmente aqui também não há vaga; a comunidade se prontificou inclusive a pagar o transporte aéreo (UTI aérea) até Goiânia, transporte orçado em cem mil reais — mas tampouco há vaga em Goiânia. Então, Deputado Coronel David, eu não sei o que mais é preciso acontecer para que a população se conscientize, para parar de ir a festas, parar de se aglomerar. A situação é muito deprimente, estamos perdendo vários amigos, entes queridos, já contabilizei mais de trinta vítimas, entre eles inclusive a minha saudosa avó. Portanto, acho mesmo que essa moção tem de ser assinada pelos vinte e quatro Deputados, porque o Valdenir Rezende era um grande profissional, muito querido, e tenho certeza que essa moção vai, de certa forma, amenizar esse momento tão difícil na vida dos seus familiares. Era isso, Deputado David. Obrigado pela concessão do aparte.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Deputado Coronel David, depois dessas manifestações, vamos então transformar a moção de Vossa Excelência para que saia em nome da Assembleia Legislativa, subscrita por todos os Deputados. Com a palavra, o Deputado Cabo Almi. Um momento, Deputado Cabo Almi. Deputado Coronel David, Vossa Excelência gostaria de acrescentar alguma coisa?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Só para encerrar, Senhor Presidente. Agradeço a sensibilidade de Vossa Excelência, de transformar a moção numa homenagem da Casa, a esse grande profissional que nos deixou. Quando eu era comandante-geral da Polícia Militar — por conta da relação muito próxima que a corporação tinha com a imprensa de Campo Grande e do Estado, em virtude do serviço que ela, imprensa, prestava e devido ao trabalho desenvolvido pela Polícia Militar em prol dos cidadãos —, nós tínhamos o costume de homenagear, por ocasião da entrega da "Medalha Tiradentes", um integrante da imprensa. Em dado ano, quando fomos escolher um representante da imprensa para homenagear, quis o destino que escolhêssemos, quase que por unanimidade, o Jornalista Valdenir Rezende. Tínhamos uma grande admiração pelo seu trabalho, ele cativava a todos com a sua presença, estou certo de que esta Casa, com este reconhecimento, prestará uma grande homenagem aos seus familiares e amigos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Deputado Coronel David, Vossa Excelência não foi comandante da Polícia Militar, Vossa Excelência foi um — grande — comandante da Polícia Militar, e eu sou testemunha do trabalho que fez à frente da instituição. Com a palavra, o Deputado Cabo Almi.



DEPUTADO CABO ALMI - Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputada Mara Caseiro. Aproveito esse expediente, Senhor Presidente, primeiro para confirmar a veracidade de um fato. Se esse episódio for de fato verdade, merece por parte de nós Deputados, em especial da Comissão de Saúde, um tratamento diferenciado. Falo da denúncia que fez o Deputado Federal Luiz Ovando, deputado que merece toda a nossa credibilidade. Diz ele que fez várias romarias no Ministério da Saúde até que por fim conseguiu 45,6 milhões de reais. A primeira parcela, de 22,8 milhões, chegou há dois meses, Senhor Presidente. Vejam bem, Deputados, isso é muito sério, chegou faz dois meses à Santa Casa de Campo Grande, vale dizer, chegou na prefeitura — que está segurando o dinheiro. Se isto que diz o Deputado Luiz Ovando for verdade, numa crise dessas, numa pandemia dessas, hospitais lotados, falta de vagas, falta de UTI, a coisa é grave. Eu estou vivendo isso aqui na periferia como uma loucura, eu vi o Deputado Rinaldo falando isso e é verdade, estamos vivendo uma verdadeira loucura na área da Saúde. Na medida em que se agrava a pandemia, que cresce o número de contaminados, que diminui a quantidade de leitos, imaginem como não ficam os demais pacientes; pacientes que precisam fazer uma cirurgia do coração, uma cirurgia ortopédica, do crânio; e, além das eletivas, há também as de alta complexidade. Ora, mas se chegaram vinte e oito milhões de reais na Prefeitura de Campo Grande, se isto for verdade, nós temos que nos posicionar. A Mesa Diretora, Deputado Eduardo Rocha, Senhor Presidente, precisa entrar em contato com o Deputado Luiz Ovando, que a coisa é muito séria, para pegar o extrato desse depósito para a Prefeitura de Campo Grande e para saber a razão desse atraso de sessenta dias no repasse do valor à Santa Casa. Isso é crime de responsabilidade.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Permita-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO CABO ALMI - Primeiro, que eu não posso acreditar que o Prefeito Marquinho Trad, advogado que é, zeloso como é, esteja permitindo um crime desses. Não acredito. Eu me nego a acreditar que a prefeitura esteja segurando os vinte e dois milhões da Santa Casa, dinheiro do Ministério da Saúde, que o Deputado trouxe, e ainda falta chegar outra parcela. O dinheiro pode mesmo ter vindo — mas, se já tivesse sido repassado a outra parcela já teria vindo também. Ou seja, esta Casa, a Mesa Diretora, tem de entrar em ação para ver a veracidade disso, até porque não podemos cometer injustiça, não podemos brincar de fazer política, brincar de fiscalizar. Eu penso dessa forma, essas informações precisam ser apuradas. E me desculpe, Deputado Eduardo Rocha, que o Deputado Paulo Corrêa reassumiu a Presidência — não sei se o Deputado Coronel David quer falar — mas eu quero retificar o que disse, onde falei Mesa Diretora (apesar de o Deputado Eduardo Rocha ser o vice), leia-se Deputado Paulo Corrêa. E antes de entrar em outro assunto, e já permito o aparte...

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Deputado Cabo Almi, só para encerrarmos esse assunto que o senhor colocou na mesa, eu quero já designar o Deputado Antonio Vaz como Presidente da Comissão de Saúde, e solicito que a Comissão entre em contato com o Deputado Federal e com a prefeitura para colher mais detalhes da situação. Esta Casa tem, sim, a obrigação de fiscalizar, Vossa Excelência tem razão: a Mesa não vai esperar. Deputado Antonio Vaz, solicito a Vossa Excelência e aos demais membros da Comissão de Saúde que busquem mais



informações a respeito para que possamos debater essa grave questão trazida pelo Deputado Cabo Almi. Com a palavra, o Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CABO ALMI - Então, Senhor Presidente, eu já protocolei um requerimento nesse sentido, não sei se já foi lido hoje. Em linhas gerais, o que estou pedindo aqui é que, observadas as disposições regimentais, seja enviado expediente ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópias autônomas ao Presidente da Câmara dos Vereadores de Campo Grande, Vereador Carlão, e demais vereadores, solicitando acompanhamento e providências que julgarem necessárias, o que segue: considerando o veiculado pelo Deputado Federal Luiz Ovando, assegurando que quarenta e cinco milhões de reais foram disponibilizados pelo Ministério da Saúde para a Santa Casa de Mato Grosso do Sul; considerando que atrasos no repasse dos recursos causam prejuízos aos serviços de atendimento médico e trazem reflexos para todos o Estado, vez que a Santa Casa atende toda a população do Estado; considerando que o atraso coloca vidas em risco; considerando que o não repasse de recursos atenta também contra a dignidade dos colaboradores do hospital, que assim recebem com atraso seus pagamentos (...). Enfim, não vou me alongar muito na leitura, mas o pedido já tem o aval de Vossa Excelência, agora vamos aguardar a resposta. Vou permitir o aparte do Coronel David.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Ele não está on-line, Deputado.

DEPUTADO CABO ALMI - Então deixa eu prosseguir aqui, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Está com a palavra Vossa Excelência.

DEPUTADO CABO ALMI - Quero falar agora sobre os reajustes sucessivos do combustível, em nosso País. Eu havia entrado com um requerimento, nesta Casa, pedindo ao Procon e ao Ministério Público Federal que investiguem a possível formação de cartel na rede de postos do Estado, para que cessem essas altas constantes nos combustíveis, se bem que o Ministério Público já tinha aberto um procedimento a respeito. Vejo aqui uma matéria que noticia isso: "Ministério Federal em Mato Grosso do Sul investiga suposta formação de cartel pelas distribuidoras de combustíveis que atuam no Estado. A conversão do procedimento preparatório que já estava em andamento na Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul foi confirmada no dia 4 de fevereiro. O inquérito teve origem em solicitações feitas pela Assembleia Legislativa, a pedido do Deputado Cabo Almi (PT), em ofício também assinado pelo Presidente da Casa, Deputado Paulo Corrêa (PSDB). Na solicitação, os Deputados apresentam o seguinte argumento: 'Possível combinação de preços (crime contra a ordem econômica) das distribuidoras de combustíveis e possível aplicação incorreta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o valor do combustível comercializado (pauta fiscal), causando prejuízos a toda a coletividade dos consumidores sul-mato-grossenses. O MPF já solicitou informações à Agência Nacional do Petróleo (ANP), para que envie as planilhas com os preços praticados pelos postos e distribuidoras de combustíveis que atuam no Estado. Como a representação foi feita no ano passado, época em que havia redução



do preço dos combustíveis nas refinarias, o objetivo da investigação é o seguinte: verificar a notícia de eventual existência de indícios de combinação de preços das distribuidoras de combustíveis no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 2019/2020, ao supostamente não repassarem a redução nos preços de combustíveis praticados nas refinarias'. O Correio do Estado apurou (...)." Enfim, não vou entrar nos detalhes. O que quero dizer aqui, concluindo, é que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, substituiu recentemente o Ministro de Minas e Energia, e o fez sob o argumento de que era para barrar a alta dos combustíveis. Ora, com isso ele joga a responsabilidade de parte desses reajustes para os governos estaduais, pela prática da cobrança abusiva de ICMS sobre os combustíveis. Mas nós sabemos que não é só o ICMS que encarece o combustível, incidem ali vários outros tipos de impostos de transporte, etc. etc. A pergunta que eu quero deixar aqui — para o Coronel David, para o Capitão Contar — é a seguinte: se ele trocou de ministro para não subir o preço do combustível, por que razão então o novo ministro mal sentou na cadeira e o preço já vai subir de novo hoje?! Ficamos aqui a nos perguntar qual será a próxima justificativa que o Presidente da República vai usar para manter os constantes aumentos no preço dos combustíveis. Nós sabemos que o combustível é a locomotiva da economia: se aumenta o combustível, aumenta tudo — tudo. E tudo está aumentando neste País. A única coisa, Deputado Pedro Kemp, que não aumentou neste País é o salário mínimo; não está, mas deveria, com esses imensos aumentos que estão ocorrendo, inclusive saiu uma matéria a respeito da alteração da data-base de reajuste do salário mínimo. Como vão viver as famílias brasileiras, sendo que a maioria delas, inclusive as que dependem do INSS, tem no salário mínimo sua única fonte de renda? Essa é a pergunta que eu deixo para os Deputados Coronel David e Capitão Contar.

DEPUTADO BARBOSINHA - Deputado Cabo Almi, só para colaborar com Vossa Excelência: a substituição não foi do ministro, foi do presidente da Petrobras.

DEPUTADO CABO ALMI - Ah, me desculpe. Eu tinha mesmo essa dúvida, mas Vossa Excelência tem razão, é isso mesmo. A Petrobras tem inclusive cotistas, acionistas... Mas o Presidente tomou essa decisão de substituir o presidente da Petrobras com o argumento de que isso iria baixar o preço do combustível ou pelo menos segurar os preços. Mas que nada: já tivemos no dia seguinte esse reajuste. Eu concluo a minha fala...

DEPUTADO LIDIO LOPES - Permite-me um aparte, antes de Vossa Excelência encerrar?

DEPUTADO CABO ALMI - Vou permitir.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Eu só quero dar uma resposta a Vossa Excelência acerca do assunto anterior.

DEPUTADO CABO ALMI - Pode falar, Deputado Lidio, antes que eu encerre.



DEPUTADO LIDIO LOPES - Deputado, só queria fazer um esclarecimento sobre a denúncia do Deputado Luiz Ovando. Isso tem a ver com um projeto que surgiu no Município de Porto Alegre, que depois a Prefeitura de Campo Grande adotou para alavancar recursos junto ao Governo Federal para atender a Santa Casa. O que acontece? a Sibe [Sistema Integrado de Benefícios] divide o recurso em quatro fontes: uma delas é a MAC, de média e alta complexidade, outra é a de baixa complexidade, outra é a Faec [Fundo de Ações Estratégicas e Compensação], relativa a cirurgias de transplantes, e a quarta então é a da Covid. O que acontece? O recurso veio para Campo Grande e o Ministério da Saúde pediu para que a Santa Casa apresentasse o plano de trabalho, que informasse como e onde iria investir esses valores. A Santa Casa, por sua vez, recusou esses termos porque ela quer o recurso para quitar dívidas — só que assim o ministério não aceita. Isso já aconteceu antes, salvo engano em 2017, 2018, a Prefeitura de Campo Grande recebeu o recurso mas, como não tinha feito o plano de trabalho, teve de devolver o dinheiro, salvo engano, dez milhões de reais. Ora, trata-se de uma exigência do ministério, mas a Santa Casa não quer apresentar o plano. Aí o Ministério Público entrou no caso e Ministério da Saúde está questionando. Agora haverá uma reunião para ver se eles apresentam esse plano de trabalho. Sem o plano de aplicação, o Ministério da Saúde não libera o recurso. Ou seja, passa-se o recurso para a Santa Casa, eles não têm um plano de trabalho, querem usar o recurso para pagar dívida, e isso o ministério não aceita. A Santa Casa, como disse, quer o recurso para pagar dívidas anteriores e está pressionando o Deputado Luiz Ovando. É por isso que não se libera o recurso enquanto a Santa Casa não apresentar o plano — dizendo, isso aqui é para tantas cirurgias, isso aqui é para atender tantas pessoas, etc. etc. Em Porto Alegre, por exemplo, essa verba foi usada só na questão da Covid. Aqui, não. Aqui é necessário apresentar o plano de uso, não dá para usar o dinheiro para pagar dívidas anteriores. Era só esse esclarecimento que queria fazer a Vossa Excelência. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Deputado Lidio, pela ordem.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Pois não, Deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Eu queria pedir a Vossa Excelência para apensar a sua moção na minha, a moção da Cassems.

DEPUTADO CABO ALMI - Deputado Lidio Lopes. Está me ouvindo?... Está sem som o Deputado Lidio.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Está certo, Deputado Zé Teixeira, pode apensar. Estou ouvindo, Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CABO ALMI - Eu gostaria de perguntar a Vossa Excelência se esses vinte e dois milhões estão depositados na conta específica da Prefeitura de Campo Grande.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Estão depositados. Porém, o Ministério da Saúde mandou...



DEPUTADO CABO ALMI - Tudo bem. Só estou perguntando se o dinheiro está reservado, depositado. O Deputado Antonio Vaz, então, como presidente da Comissão de Saúde, vai ter que interagir com a Santa Casa para saber o porquê dessa demora de sessenta dias para fazer um plano de aplicação de recurso da ordem de vinte e dois milhões, isso no momento de uma crise extrema na saúde como esta que estamos vivendo no País, especialmente em Mato Grosso do Sul. Precisamos urgentemente fazer alguma coisa. Se a Santa Casa está precisando de uma assessoria para elaborar esse plano, nós vamos ter que ajudar. Porque não faz sentido ficarmos com esses vinte e dois milhões parados na conta da Prefeitura de Campo Grande em meio a uma crise desse tamanho. É inaceitável uma coisa dessas! A Santa Casa precisando de dinheiro para pagar tanta coisa, o dinheiro lá esperando, e ela não consegue fazer um plano que atenda aos requisitos do Ministério da Saúde?! Inaceitável. Mas eu agradeço desde já o seu esclarecimento, Deputado Lidio Lopes, até porque Vossa Excelência lança luz numa direção diferente da seguida pelo Deputado Federal Luiz Ovando. Ele está afirmando que o dinheiro veio, está lá parado e a prefeitura não manda para a Santa Casa. Não há na sua fala nenhuma vírgula, nenhum porém, nenhuma ressalva, nenhuma alusão ao tal plano de saúde. Se for assim, aí já configura certa maldade...

DEPUTADO LIDIO LOPES - É plano de trabalho — plano de trabalho.

DEPUTADO CABO ALMI - Sem comentário, Deputado. Sessenta dias aguardando um plano de trabalho para a liberação de vinte e dois milhões?!

DEPUTADO LIDIO LOPES - A interferência do Ministério da Saúde é pelo seguinte: se liberar, tem de responder depois. E o ministro não vai querer responder depois por uma transação irregular, não vai mandar o recurso para cá para ser usado no pagamento de contas antigas. Se o fizer, além de responder depois, o município terá de devolver o dinheiro. De forma que basta a Santa Casa apresentar o plano de trabalho e o recurso será liberado automaticamente.

DEPUTADO CABO ALMI - Está bem, Deputado Lidio Lopes. Muito obrigado. Devolvo-lhe a palavra, Senhor Presidente. Encerro a minha fala no dia de hoje.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Com a palavra, o Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Eu trago ao debate desta Casa um assunto que já foi discutido. Mato Grosso do Sul mais uma vez sai no noticiário nacional por causa das custas cartorárias. Em rede nacional foi falado que o cidadão sul-mato-grossense busca outros Estados da Federação, como Goiás, São Paulo, Paraná, dependendo da região em que mora, para fazer suas escrituras, que chegam a custar nos Estados vizinhos sete vezes menos do que o que custa em Mato Grosso do Sul. Em novembro de 2019, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul aprovou um anteprojeto de lei relativamente a taxas cartorárias, projeto que prevê uma redução do Funjecc [Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos



Juizados Especiais Cíveis e Criminais]. Esse processo foi acompanhado pela Ordem dos Advogados do Brasil, teve o acompanhamento desta Casa, representada pelo Deputado Gerson Claro. Esse projeto — que, fique muito claro, é de responsabilidade do TJ/MS — foi remetido à Assembleia Legislativa, mas após debates foi retirado pelo Tribunal de Justiça. Acontece que nós Deputados desta Casa somos demandados pelos cidadãos do nosso Estado, que cobram uma providência da Assembleia Legislativa, inconformados que estão com o custo acintoso das escrituras em Mato Grosso do Sul. Quando se vai aqui para os Estados vizinhos, a diferença é gritante, não só nas custas cartorárias mas no famigerado Funjecc. É certo que essas taxas alimentam as estruturas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria-Geral do Estado, mas acho, Senhor Presidente, que é chegado o momento de esta Casa conclamar o TJ a uma tomada de providência a respeito da questão; sob pena de esta Casa (embora a matéria não seja da sua iniciativa, a competência é do TJ) se ver na obrigação de propor uma lei que altere a norma vigente, uma vez que essas taxas, assim como estão, oneram profundamente o cidadão do nosso Estado. De forma que estou aproveitando, no espaço desta manhã, dado que Mato Grosso do Sul mais uma vez sai no noticiário nacional, para conclamar esta Casa a fazer um esforço; para conclamar os senhores desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, na figura do presidente do colegiado, a tomarem uma providência: remetendo à Assembleia Legislativa um projeto de lei que acabe com essa situação de o cidadão ter que desembolsar quantias para percorrer às vezes quinhentos, seiscentos quilômetros para ir a um Estado vizinho para fazer uma simples escritura pública. Conclamo, portanto, a Mesa Diretora, os Deputados, a que nos reunamos com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, cobrando-lhe uma providência acerca da remessa dessa lei, sob pena de termos nós mesmos, como Parlamentares, de tomar uma iniciativa nesse sentido. Agora mudando de assunto, mas também o Tribunal de Justiça...

DEPUTADO PEDRO KEMP - Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO BARBOSINHA - Pois não, Deputado Pedro Kemp, com a maior satisfação.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu gostaria de parabenizá-lo por esta posição. Também assisti ao noticiário, e realmente essas custas cartorárias aqui em Mato Grosso do Sul são absurdas, é um valor fora da realidade, o cidadão sul-mato-grossense está sendo muito penalizado. Nós vimos na reportagem que pessoas que se deslocam até o Paraná para utilizar os serviços cartorários daquele Estado; um serviço que aqui seria de sete, oito mil reais, lá no Paraná as pessoas estão pagando cerca de mil e seiscentos, mil e quatrocentos reais. É uma diferença estratosférica, não podemos mais conviver com essa realidade. Faz muitos anos que vimos debatendo na Assembleia essa questão mas, infelizmente, o Tribunal de Justiça não está sendo sensível à gravidade da situação. Portanto, Deputado Barbosinha, eu quero me somar a Vossa Excelência, cumprimento-o por trazer o assunto à tona, e espero que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul estude o mais rápido possível uma alternativa, para que possamos aliviar um pouco esse peso que o nosso cidadão está tendo que carregar. Parabéns, Deputado! Assino embaixo as palavras de Vossa Excelência.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Deputado Barbosinha, queria um aparte de Vossa Excelência.

DEPUTADO BARBOSINHA - Já concedo, Deputado Zé Teixeira. Só quero agradecer ao Deputado Pedro Kemp pelo aparte, que incorporo na íntegra à minha manifestação. Concedo com muita satisfação o aparte ao Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Deputado Barbosinha, na mesma linha do Deputado Pedro Kemp, eu quero cumprimentar Vossa Excelência. Essa luta vem de muitos anos, desde que foi incrementado o percentual do serviço cartorário. Essa taxa demasiado alta penaliza o usuário de cartório, porque os cartórios são instituições públicas, tocados por funcionários públicos. Quando se tiram 30% da taxa para os fundos, isso joga o custo lá para cima. Vossa Excelência tem razão quanto ao problema de ter que sair fora do Estado para lavrar uma escritura. Aqui o cidadão vai ao cartório e é penalizado com os custos dos registros públicos. Se for uma cédula pignoratícia, a coisa é pior ainda; qualquer transação bancária de vulto obriga o cidadão a ir lá no cartório fazer a hipoteca: e a taxa é absurda! Lá em Mato Grosso, o registro de uma cédula pignoratícia, que custa aqui — quatro mil reais! —, em Mato Grosso é cento e setenta. Vossa Excelência está coberto de razão: precisamos defender o usuário dos serviços cartorários de Mato Grosso do Sul. Eu não sei onde isto vai parar; há poucos dias disseram que quando se faz uma escritura fora do Estado, que depois vem para registro aqui, disseram que precisa recolher a taxa sobre o valor da tabela de registros vigente no Estado de Mato Grosso do Sul, o que é outro absurdo. Então, quero cumprimentar Vossa Excelência, quero ser parceiro nessa discussão, porque não é possível uma disparidade tão grande assim entre Mato Grosso do Sul e o resto do País. Parabéns a Vossa Excelência por trazer essa preocupação, que aflige os usuários dos cartórios há muito tempo; não é de ontem, nem do ano passado, faz tempo. Quando isso começou eu já era Deputado e tive o prazer de votar contra.

DEPUTADO CABO ALMI - Permita-me um aparte, Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Deputado Zé Teixeira, eu agradeço a manifestação de Vossa Excelência. Incorporo na íntegra o seu aparte... Já concedo um aparte a Vossa Excelência, Deputado Cabo Almi... Mas o que eu coloco, Deputado Zé Teixeira, é que não são apenas as custas cartorárias o problema, é também, por exemplo, o registro de cédula rural, como lembra muito bem Vossa Excelência. As custas judiciais cobradas, hoje, em Mato Grosso do Sul, estão também entre as mais caras do País. Aquele cidadão que demanda a utilização do provimento jurisdicional, que procura o amparo jurisdicional do Estado, também ele, Deputado Cabo Almi, se depara com as custas altíssimas das taxas judiciais. Então, acho que é o momento de esta Casa Legislativa, casa do povo, casa da cidadania, se sensibilizar e fazer algo efetivo. Não dá para esperar mais. O projeto que nos foi remetido em 2019 foi depois retirado pelo próprio Tribunal de Justiça, com a promessa de que mais tarde seria reapresentado. Não foi reapresentado. Esta Casa Legislativa precisa cobrar uma providência, sob pena, mais uma vez o digo, de nós mesmos Parlamentares termos de



apresentar projeto propondo modificação nos critérios hoje cobrados. Concedo a palavra a Vossa Excelência, Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CABO ALMI - Deputado Barbosinha, quero cumprimentar Vossa Excelência. Esse projeto nos foi encaminhado no final de 2019. Na ocasião, ou votávamos o projeto de pronto, ou ficava para o exercício seguinte, para 2020. Mas, por falta de um entendimento da tabela encaminhada, esta Casa acabou não votando o projeto. A partir daí nunca mais retornou, passou-se todo o ano de 2020 e nada. Ainda bem, Deputado Barbosinha, que ele não voltou no final de 2020. Porque é preciso um prazo para o debate, para que os envolvidos possam apresentar propostas, alternativas, ajustes que viabilizem a votação. O questionamento de Vossa Excelência vem num bom momento, porque estamos só começando o ano; quem sabe, dada a importância do projeto, nós consigamos fazer com que ele volte ao Plenário desta Casa antes que se aproxime o fim do ano. Acho que o importante é abrir esse debate agora, precisamos começar isso cedo. Mas, Deputado Barbosinha, só para concluir minha fala, quero dizer que não sei qual é o interesse nisso, em não andar o projeto, quando, na verdade, são os próprios cartórios de Mato Grosso do Sul que saem perdendo na concorrência com os cartórios de outros Estados. Eu tenho a informação de que diversos proprietários de imóveis, de sítios, fazendas, chácaras, terrenos, estão indo para o Paraná fazer a escritura. Mas espere aí: que vantagem levam esses donos de cartório com a perda dessa receita? O que ganham os municípios se deixam de receber a sua parte de impostos? Porque uma fração disso vai para o município: toda a vez que se faz uma escritura, uma parte vai para o município. De modo que é chegado o momento de esta Casa conversar com o Tribunal de Justiça, com os proprietários de cartório e demais interessados, precisa haver um entendimento para que essa matéria de fato tramite na Casa, para que vire lei. A partir daí mais nenhum proprietário de imóvel em Mato Grosso do Sul precisará cruzar as fronteiras do Estado para lavrar sua escritura ou fazer outro encaminhamento. Parabéns a Vossa Excelência! Todos nós precisamos nos debruçar sobre essa questão. Obrigado.

DEPUTADO BARBOSINHA - Eu agradeço, Deputado Cabo Almi, e incorporo também a manifestação de Vossa Excelência. Se me permite, Presidente, eu quero falar doutro assunto relacionado também ao Tribunal de Justiça. Desde 2015 eu venho lutando pela implantação da 2ª Circunscrição Imobiliária em Dourados. Depois de muita luta, de apresentação de dados, de informações, ao Tribunal de Justiça, em fevereiro de 2018 foi criada a Lei nº 5.158, que criou a 2ª Circunscrição Imobiliária de Dourados. Até hoje, porém, ela não foi implantada, até hoje não foi aberto concurso com esse fim. Dourados é a maior cidade do interior do Estado, e não comporta mais a existência de um único cartório de registro de imóveis, que tem de cuidar de Dourados, dos distritos, de Laguna Carapã. A lei já existe, e chega um momento em que o interesse particular deve ceder lugar ao interesse público. Essa implantação é do interesse público, é do interesse do cidadão de Dourados; é do interesse inclusive do próprio Tribunal de Justiça, uma vez que já existe a lei. O cartório de Dourados é daqueles cartórios históricos, já com meio século, e não se compreende, não se entende, que o interesse particular, individual, se sobreponha ao interesse público. Quero, portanto, conclamar o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, através da sua direção, do seu colegiado, a colocar em prática a lei aprovada por esta Casa e sancionada pelo Governo, que é a Lei nº 5.158, de fevereiro de 2018, que cria a 2ª



Circunscrição Imobiliária de Dourados. É do interesse do cidadão de Dourados, do interesse de quem se utiliza desses serviços, e eu espero. Espero que o Tribunal de Justiça se sensibilize, Senhor Presidente. Obrigado, Senhor Presidente, colegas Parlamentares, pela paciência em nos ouvir.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado ao Deputado Barbosinha, que traz um assunto tão importante. O Presidente Paulo Corrêa já abriu um diálogo com o Presidente do Tribunal de Justiça a respeito, e creio que logo, logo deverá convocar uma reunião na Presidência para que possamos, junto com TJ, chegar a um denominador comum para diminuir essas taxas, para que baixe o preço dessas escrituras aqui em Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, devido ao adiantado da hora, tenho que atender ainda prefeitos do interior, eu vou retirar a minha inscrição. Farei minha intervenção na sessão de amanhã. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado. Eu que agradeço. Com a palavra, a Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente, apenas para fazer algumas indicações. Uma é direcionada ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Geraldo Rezende, solicitando a reforma da estrutura física do prédio que abriga o posto de saúde instalado no loteamento Alves de Lima, na Comunidade da Laje, no Município de Costa Rica, a pedido do Vereador Antônio Rodrigues. A outra indicação é endereçada ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Riedel, e ao Diretor-Presidente da Agesul, Senhor Emerson Antonio Marques Pereira, solicitando estudos de viabilidade técnica e econômica para a construção de uma ciclovia de aproximadamente nove quilômetros, entre os Municípios de Nova Andradina e Batayporã. Este é um pedido o Prefeito de Nova Andradina, Senhor Gilberto Garcia, e do Prefeito de Batayporã, Senhor Germino Rossi. São essas duas solicitações. Também, Senhor Presidente, quero destacar que ontem participamos de uma reunião na BQW, que é uma associação de mulheres de negócios aqui de Campo Grande, evento importante, e num momento importante. Este é momento de dinamizarmos a política, de trazermos mais mulheres para a política. Lá estava a Senadora Simone Tebet, esposa do nosso querido Deputado Eduardo Rocha, ela pôde falar um pouco sobre a sua trajetória, sobre a importância das mulheres na política. Estavam também a Deputada Federal Rose Modesto; a primeira-dama Tatiana Trad; a Vice-Prefeita, esposa do Deputado Lidio, Adriane Lopes; e as mulheres da BQW. Quero parabenizar a presidente da BQW de Campo Grande, Maria Helena, a Carla Stefanini, da comissão política da associação. São mulheres empreendedoras, que geram emprego, renda, são mulheres que fazem a diferença no setor empresarial de Mato Grosso do Sul. Quero parabenizá-las por esse momento e reafirmar a importância da presença de mais mulheres na política — ainda mais agora que estamos celebrando o mês da mulher, dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher. Amanhã, inclusive, a Assembleia Legislativa faz o lançamento do mês da mulher, falando da importância da mulher, da saúde da mulher, da violência contra a mulher, etc. Precisamos fazer o enfrentamento dessa questão da violência contra a



mulher, desses índices terríveis verificados aqui e no restante do País. Era isso, Senhor Presidente. Parabéns a todas as mulheres neste mês da mulher.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigada, Deputada Mara.

DEPUTADO BARBOSINHA - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Pois não, Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Rapidamente, Presidente. Só para que não fiquemos apenas no discurso, eu gostaria de requerer à Presidência que fosse enviado ofício ao egrégio Tribunal de Justiça, solicitando um posicionamento acerca da questão que abordei há pouco, das taxas cartorárias. Acho importante sabermos o que pensa a respeito o Tribunal de Justiça. Obrigado.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Pois não, Deputada Mara.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Chegam-me agora duas moções de pesar que vamos apresentar. É triste o quadro que estamos vendo. Acabamos de perder dois municípios lá de Eldorado. O Senhor Orlando, que tem toda uma trajetória de vida, um agricultor, pessoa muito querida, o perdemos para a Covid-19. O outro é um menino bastante jovem, Gilson, que estava internado em Nova Andradina e não resistiu. Seu Orlando não teve nem tempo de ser internado, acabou perdendo a vida ainda na ambulância, durante a transferência para a UTI. O momento é de muita tristeza, mas ainda há pessoas achando que isso é uma brincadeira — e não é, né, gente? Temos que evitar aglomeração, usar máscara, enfim, a gente tem que se cuidar. Vi hoje no jornal pessoas fazendo festa, quinhentas pessoas, todo mundo sem máscara. Como assim?! Meu Deus, o que que uma pessoa dessas está pensando? Será que não pensa no seu pai, na sua mãe, no seu sobrinho? Meu Deus! Vamos olhar para o próximo. Mais uma vez vamos fazer este apelo às pessoas: cuidem-se, e cuidem do próximo. Eram esses dois registros, nesse momento tão triste, inimaginável para todos nós.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputada Mara. Com a palavra, o nosso Presidente, Deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA - Senhor Presidente, queria cumprimentar os Deputados que ainda estão aqui: Deputado Barbosinha, Deputada Mara Caseiro, Deputado Cabo Almi. Cumprimento a todos e lhes informo que representei a Casa hoje pela manhã, juntamente com o Governador Reinaldo Azambuja, numa reunião com a Energisa e com a Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica]. Foi discutido um projeto de suma importância, conseguido a duras penas por nós, pelo Governo Reinaldo Azambuja, pela Aneel, pela Energisa e pelo Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque (não está mais presente), ou seja, com o apoio do Presidente Jair Bolsonaro. É importante frisar que vamos universalizar a energia no Pantanal, levando-a a duas mil e duzentas propriedades, energia elétrica fotovoltaica,



energia limpa, mas com um detalhe que é surpreendente, Deputada Mara Caseiro, Deputado Barbosinha: as baterias que vão armazenar essa energia são baterias de lítio, do mesmo tipo dessas que usamos nos veículos. É altíssima tecnologia, é o primeiro projeto desse porte destinado a uma região completamente isolada. O que estava faltando no Pantanal era acesso, estradas; e o Governador Reinaldo há seis anos vem trabalhando acesso dentro do Pantanal: levanta, abaula as estradas, constrói pontes, etc. E agora nove pontes de concreto estão aprovadas, projeto que foi submetido à Defesa Civil, para substituir as que foram queimadas após o incêndio monstruoso ocorrido no Pantanal. O povo pantaneiro — que está lá há duzentos anos, criando gado da melhor qualidade, "gado verde", produzido a pasto, bezerro de excelente qualidade, e é de se louvar os pantaneiros que botaram a mão lá, eles precisam mesmo da universalização da energia elétrica. O Governo do Reinaldo tem atendido o Pantanal, fazendo estradas e agora também com esse projeto de universalização da energia elétrica. Cada recanto do Pantanal, Deputado Eduardo Rocha, Presidente em exercício, vai receber energia elétrica na sua propriedade, seja ela pequena ou grande, onde for. Foi pesquisado tudo e tudo será universalizado, e de uma forma inteligente. O meio de transmissão tradicional é totalmente inviável para aquela região, com poste, com rede, isto encareceria demais a energia, tanto para a região quanto para o restante do Estado. Com este projeto a coisa é diferente, este projeto é totalmente viável em função dos recursos que foram alocados no projeto de pesquisa e desenvolvimento, dentro do Ministério das Minas e Energia, foram também alocados recursos da Aneel, da Energisa e do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. É uma notícia muito boa que eu quero comemorar com Vossas Excelências. Apesar de toda essa pandemia, nós temos uma notícia muito boa para o nosso povo pantaneiro, trabalhador, ordeiro, que merece a atenção que lhe tem dado o Governador. Ouvi até a frase "Reinaldo, Rei do Pantanal", o que revela a vontade do povo pantaneiro de agradecer ao Governador os acessos e a energia elétrica. Presente também estavam a Famasul, a Acrisul [Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul], o Jaime Verruck, nosso Secretário de Estado de Produção e Desenvolvimento. Enfim, é de louvar o que está acontecendo, é uma entrega de suma importância do Governo Reinaldo Azambuja. Era essa a minha posição. Mas antes de encerrar, com a permissão de Vossa Excelência, queria responder ao questionamento do Deputado Barbosinha. Deputado Barbosinha, estou em tratativas com o Presidente do Tribunal de Justiça. O último episódio desse assunto foi a retirada do projeto pelo próprio Tribunal de Justiça, autor do projeto, de forma que não há mais o que discutir enquanto o TJ não rerepresentar. As tratativas são no sentido de pedir ao TJ que entre com o novo projeto para que possamos os vinte e quatro Deputados (estou chamando essa responsabilidade para a Presidência) debater a questão. O Tribunal de Justiça vai nos entregar o projeto, e aí teremos condição de fazer um debate amplo; o povo de Mato Grosso do Sul precisa de uma escritura mais barata, feita em Mato Grosso do Sul. A Assembleia fez o que pôde, discutimos, sim, o projeto, mas o TJ, autor, pediu sua retirada, e eu tive que obedecer. Obrigado pela atenção de vocês, grande abraço.

PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Obrigado, Presidente. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h16min).